



DOSSIÊ RELIGIÃO E POLÍTICA: AS MULHERES ENCURRALADAS*

APRESENTAÇÃO

Naira Pinheiro dos Santos

O presente dossiê, coordenado por Jacqueline Heinen e Shahra Razavi, foi publicado originalmente em francês, na revista “Cahiers du Genre”, sob o sugestivo título “Religião e política: as mulheres encurraladas”. Por ocasião de discussão do dossiê em disciplina ministrada no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, passamos a considerar a oportunidade de publicação do mesmo em português na revista Mandrágora¹. A publicação mostra-se efetivamente oportuna, em vista da relevância dos artigos e dos debates acerca dos conflitos e dos desafios que os entrelaçamentos de religiões com a política vêm suscitando, no Brasil como em diversas partes do mundo, face às reivindicações feministas por igualdade nos mais diversos aspectos e esferas da vida e de ação.

Religião e política compõe uma combinação em princípio de concretização improvável diante do fato consumado da secularização, que implica na racionalização e, portanto, na dessacralização do direito e do Estado. Se a secularização é um dado inquestionável, o Estado laico também tornou-se uma realidade para inúmeros países em busca de

* Trata-se da tradução, para o português, do seguinte dossiê, publicado em francês: HEINEN, Jacqueline, RAZAVI, Shahra (cords). Religion et politique: les femmes prises au piège. **Cahiers du Genre**. Paris, L'Harmattan, 2012/3 (HS n° 3).

¹ Agradecemos aqui a tod@s aquel@s que concorreram para a viabilização desse projeto. Agradecemos especialmente a Danièle Senotier pelas gestões junto à Editora e a@s autor@s, bem como às coordenadoras do dossiê, a cad@ uma d@as autor@as e à Editora L'Harmattan, por nos terem autorizado a publicar o dossiê em português na revista Mandrágora. Agradecemos igualmente a cada um@ d@s colegas e pesquisador@s do grupo de pesquisa Mandrágora/Netmal e demais pesquisador@s de diversos Programas de Pós—Graduação que colaboraram com as traduções e/ou revisões das traduções dos artigos do original em francês para o português.

modernização no século passado, mesmo dentre aqueles de população predominantemente religiosa e não só no Ocidente, ainda que com compreensões e práticas distintas no tocante à laicidade, como nos mostram alguns dos artigos do presente dossiê. No entanto, como afirmam Shahra Razavi, Anne Jenichen e Jacqueline Heinen em sua introdução ao dossiê, “o lugar ocupado pela religião no campo da política continua a afirmar-se há várias décadas” e “o uso de argumentos religiosos continua sendo uma prática comum em toda uma série de países, desenvolvidos ou em desenvolvimento”.

No Brasil, como sabemos, essa tem se tornado efetivamente uma prática recorrente, particularmente no que concerne às chamadas pautas morais, ou seja, às demandas relativas à igualdade de gênero, aos direitos reprodutivos e aos direitos sexuais, em torno das quais se que unem católic@s, evangélic@s e mesmo espíritas conservador@s. Embora utilizem-se de estratégias diferentes, com evangélic@s, por exemplo, alcançando visibilidade por meio da atuação de pastores e mobilização de fiéis nas mídias, a união de diversas confissões de fé contra a inclusão da perspectiva de gênero nas pautas governamentais vem sendo articulada ao redor do mundo pela hierarquia católica desde a Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim (1995). Ao propor incluir, na sua plataforma de ação, uma abordagem a partir do conceito de “gênero” ao invés de “situação da mulher” para o enfrentamento das assimetrias sexuais e para a promoção dos direitos das mulheres, a Conferência de Pequim evocou resposta imediata da hierarquia católica, que passa a combater internacionalmente o que veio a denominar de “ideologia de gênero”, expressão consagrada em nota de abril de 1998 da Conferência Episcopal Peruana, denominada “La ideología de género: sus peligros y alcances”. Tal campanha, que não se limita a um ou outro continente, mas abrange países em todo o mundo, incluindo Europa, tem tido efeitos perversos no continente americano, que concentra a maior parte de católic@s e no qual muitos países registram aumento da proporção de evangélic@s. Elizabeth Bernstein e Janet R. Jakobsen destacam, em sua análise do contexto estadunidense neste dossiê, que novas alianças têm sido estabelecidas nos últimos anos nos EUA entre grupos religiosos até então divididos, tais como “católicos/

as e mórmons por ocasião da campanha contra o casamento homossexual na Califórnia”, mas também entre “conservadores/as protestantes, católicos/as e muçulmanos/as nos meios da política internacional”, implicando inclusive na “instrumentalização da ajuda dos Estados Unidos para limitar as liberdades reprodutivas das mulheres no mundo inteiro”.

Obviamente a mobilização de tais estratégias implica em investidas, ora mais ora menos bem sucedidas, sobre a laicidade. O enfraquecimento da laicidade do Estado em diversos contextos aí analisados suscita uma pergunta que, de alguma maneira, nos atravessa à leitura do dossiê: não haveria uma contradição, uma incompatibilidade inerente entre países em que a maioria da população se autodefine religiosa e o Estado laico? Alguns e algumas assim o querem, mas é claro que não, pois é justamente para fazer frente à presença de nenhuma, uma ou mais profissões religiosas na sociedade civil que emerge e se faz necessário o Estado laico. Contudo, a vulnerabilidade da população a saídas radicais, de tipo religioso, que colocam em risco ou enfraquecem o Estado laico, pode sim ser maior nesses contextos. Sim, porque a religião é um elemento em torno do qual facilmente se articulam demandas identitárias (e frequentemente é sobre as mulheres que recai a responsabilidade de marcar tal identidade por meio da obediência a códigos de vestimenta e/ou a outros tipos de normas comportamentais), porque sacraliza e, portanto, absolutiza pontos de vista e porque quanto maior o universo d@s que se declaram religiosos@s naquele contexto, tanto maior tende a ser o poder que advém da sua articulação e, portanto, a tentação de recorrer à instrumentalização das religiões aí presentes para a consecução de objetivos políticos, eleitorais e/ou econômicos. E de fato no Brasil, assim como em outros contextos analisados no dossiê, verifica-se instrumentalização da religião não apenas por candidat@s que se elegem com base num viés religioso, mas também por grupos conservadores ou de interesse que querem ver implementadas políticas econômicas e sociais com as quais se afinam ideologicamente ou que os favoreçam, ou seja, pronunciadamente neoliberais.

Se, nas décadas de 1970-1980, grupos de diversas perspectivas religiosas, desde aqueles ligados à Teologia da Libertação até “clérigos iranianos hostis a uma leitura ortodoxa do islamismo”, como destacam

Shahra Razavi, Anne Jenichen e Jacqueline Heinen, elevaram as suas vozes em prol da justiça social, assimilando a linguagem dos Direitos Humanos, o que se vê, a partir do momento em que estes passam a incluir demandas por igualdade de gênero e direitos sexuais, é uma escalada do conservadorismo religioso, que não só “passa a empregar a linguagem do liberalismo para dar suporte às convicções religiosas”², como se associa efetivamente às forças neoliberais, ambas exigindo um estado autoritário (ainda que com roupagem democrática) a fim de garantir a imposição de suas perspectivas. E é nesse cenário que a atenção aos Direitos Humanos como um todo se ressentem não só da ingerência indevida dos grupos de moral conservadora como da falta de recursos, “encurralando” principalmente as mulheres, como aponta o título do dossiê, as quais se veem expropriadas de seus direitos, na letra e/ou na prática.

Assim, se é fato, como defende Caroline Fourest, que “a laicidade não é uma espada, mas um escudo”³, a leitura dos textos levará possivelmente @s leitor@s a questionar, com justa razão, até que ponto a laicidade basta para favorecer e escudar leis e práticas de respeito aos direitos das mulheres ou ainda, aos direitos de tod@s @s cidadãos à igualdade, qualquer que seja a sua condição de sexo/orientação sexual/gênero. Apreende-se da leitura do dossiê que os grupos no poder, de estados laicos ou não, e mesmo se posicionando a favor da laicidade, defendem interesses, tomam decisões, conduzem políticas que podem suscitar respostas religiosas (não raro agregando-lhes um viés nacionalista) à insatisfação popular. Tanto a adoção de políticas econômicas neoliberais quanto a resposta inadequada a demandas identitárias por parte de Estados laicos, até mesmo de centro-esquerda, como no caso da Índia, por exemplo, estiveram na origem da radicalização religiosa e da fragilização da laicidade. Não estamos afirmando aqui que a religiosidade é um caminho devedor unicamente à falta de alternativas

² Michael APPLE, 2008, p.330. APPLE, Michael W.. Evolution versus creationism in education. *Educational Policy*, v. 22, n. 2, março 2008, p. 327-335..Disponível em <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.842.684&rep=rep1&type=pdf>>, consulta em 01/06/2019.

³ Caroline FOUREST, 2016, capa. FOUREST, Caroline. *Génie de la laïcité: La laïcité n'est pas un glaive mais un bouclier*. Paris:Éditions Grasset , 2016.

seculares a problemas sociais e/ou do cotidiano experimentados por aquel@s que a abraçam. Mas que sim, ela se configura muitas vezes num instrumento poderoso nas mãos daquel@s que percebem nas religiões um grande potencial de articulação da população em vistas de obter a legitimação política necessária à consecução de seus objetivos os mais diversos ou, melhor dizendo, de uma mescla de interesses individuais, de grupos econômicos e de forças políticas (geralmente conservadoras) em ação em determinado contexto.

Decorre daí que, embora a laicidade não seja suficiente ela é, juntamente com a existência de uma democracia forte e de uma sociedade civil organizada, condição mínima necessária para que o respeito à liberdade de consciência se efetive na prática, promovendo a reflexão e o debate, bem como a construção de uma sociedade justa e igualitária no que concerne aos sexos/sexualidade/gênero e aos direitos humanos em geral. E se a sociedade civil não é necessariamente progressista e “a interação entre religião, política e gênero ilustra a impossibilidade de separar o social do político, o público do privado”, como pontua Farida Shaheed em análise no presente dossiê sobre o contexto paquistanês, se a religião se afirma nos interstícios da cultura, da política, do social e mesmo da economia, tanto mais importante é que a ação feminista se dê de forma combinada.

Isso implica, a nosso ver, que não convém prescindir da articulação dos segmentos religiosos progressistas ou liberais, ao menos em países em que a maior parte da população é religiosa ou em que um determinado grupo religioso esteja em ascensão ou goze de grande visibilidade. Até porque, se de fato tal contexto pode favorecer respostas religiosas (em princípio de tendência conservadora), é imprescindível contar com a organização e a mobilização dos setores progressistas também nesse campo, quer atuem na sociedade civil, na política ou nos espaços religiosos. Ademais, como nos apontam alguns dos artigos do dossiê, se a cultura de um país ou região não raro está impregnada de valores herdados da/s religião/ões dominantes, também não é incomum que um contingente razoável de mulheres desobedeça, de forma mais ou menos consciente, às normas prescritas por essas religiões. Claro que a articulação e atuação conjunta com forças religiosas progressistas não

é uma tarefa fácil e pode mesmo ocorrer que não seja bem sucedida, como no caso apontando por Janet Jakobsen e Elizabeth Bernstein quanto à aliança de organizações feministas laicas com atores religiosos progressistas na luta contra o tráfico humano nos Estados Unidos. É preciso, sem dúvida, atentar para a influência e para o jogo de ideias e de forças conservadoras em ação nos diversos segmentos e espaços sociais. Até porque, como apontam Shahra Razavi, Anne Jenichen e Jacqueline Heinen, estas geralmente “têm mais domínio sobre o acesso aos recursos do Estado ou podem contar com sua ajuda direta [... e] muitos grupos de reflexão ou ONGs se beneficiam do apoio financeiro do Estado”. E, em princípio, são também esses os segmentos que tendem a alcançar maior projeção nas mídias.

Mas esse não seria outro motivo pelo qual as “armadilhas” que a movimentação religiosa conservadora tem colocado às políticas de igualdade de gênero, representam um “sério desafio” a ser enfrentado pelos feminismos? Um desafio diante do qual “a necessidade de alianças entre feministas – religiosas e seculares – se mostra imperativa”, como apontam Shahra Razavi, Anne Jenichen e Jacqueline Heinen. Ademais, afirmam elas, o conjunto do dossiê “atesta a importância do vínculo com feministas de outros países para a ação militante em escala nacional”. É exatamente o que se verifica no caso do Irã, onde a união de movimentos feministas laicos locais e internacionais com feministas que professam a fé islâmica produziram vitórias importantes para as mulheres. E certamente a quebra de barreiras e preconceitos mútuos, internos aos feminismos (no caso, feminismo religioso, reformista e laico), configurou-se num passo decisivo para viabilizar a luta comum no Irã. Além da construção de coalizões de impacto, a mobilização constante e a busca de estratégias criativas que possibilitaram ocupar espaços nem sempre disponíveis e ganhar visibilidade constituíram elementos de força da ação feminista naquele contexto. Uma ação certamente sempre inspiradora, também para nós, feministas brasileiras, religiosas ou não.

Enfim, as situações analisadas neste dossiê, embora baseadas numa pesquisa transnacional concluída em 2009 e publicada no “Cahiers du Genre” em 2012, nos reportam realidades que, infelizmente, ainda se mostram extremamente atuais, apresentando sim muitas diferenças,

mas também vários pontos de semelhança, inclusive com contextos não abordados aí, dentre os quais, o brasileiro. Composto de introdução e nove artigos abrangendo várias regiões do mundo –Ásia (Índia, Paquistão), África (Nigéria), Oriente Médio (Irã, Israel e Turquia), Américas (México, Estados Unidos) e Europa central (Polônia), bem como várias tradições religiosas (cristianismo, hinduísmo, judaísmo e islamismo), ele se propõe a analisar “os impactos do entrelaçamento entre a religião e a política para as mulheres, em cada um desses países” e averiguar em que medida “elas têm desafiado ou corroborado, individualmente ou coletivamente, as normas e representações hegemônicas em vigor, frequentemente contrárias aos seus interesses no que concerne ao gênero”.

Na introdução, intitulada “Casamento fatal ente religião e política: fonte de armadilhas para a igualdade de gênero”, as coordenadoras do presente dossiê, Shahra Razavi, Anne Jenichen e Jacqueline Heinen, partem das pesquisas d@s articulistas e de um breve olhar sobre desenvolvimentos recentes em países que viveram a “Primavera Árabe”, bem como países da Europa e da América Latina, para analisar diversos aspectos dos desafios e armadilhas que o “casamento fatal ente religião e política” impõem à igualdade de gênero e aos direitos das mulheres nesses contextos. De acordo com as autoras, o “peso da religião raramente se harmoniza com as aspirações das mulheres à igualdade” e pode mesmo fazer regredir direitos que, até então, alguns/algumas considerariam adquiridos, mas pontuam que “a acuidade desse conflito não implica, no entanto, num hiato irremediável entre feminismo e religião”, destacando a importância de tecer alianças em prol da justiça de gênero e econômica.

Em “Política, gênero e religião no Paquistão: identidades em debate”, Farida Shaheed analisa o impacto da instrumentalização do Islã pelas forças não religiosas, que acabam por inscrevê-lo no próprio “âmago dos textos políticos, do Estado e da sociedade”, constituindo “um trampolim dos mais eficazes para os grupos político-religiosos”. O enraizamento da religião daí resultante não só provoca a marginalização dos direitos das mulheres, como a sua transformação “em marcadores identitários das posições conquistadas na corrida pelo poder”. A autora conclui que

a mudança nas relações de poder aí implicaria em “criar saber, cultura e identidade”, em ancorar “o discurso sobre o direito das mulheres em particular, e sobre os direitos humanos de forma mais ampla [...] nas tradições sociais populares mais liberais da sociedade”, sem para tanto, deixar de acionar as referências aos direitos internacionais.

No artigo intitulado “Irã: políticas islâmicas e mulheres em busca de igualdade” Homa Hoodfar, Shadi Sadr analisam a maneira pela qual a própria estrutura do Estado no Irã, antes e após a revolução islâmica, em 1979, interveio nas expectativas e na evolução dos direitos das mulheres nesse país, especialmente a partir da fusão de um Estado forte, com leis e instituições religiosas de corte fundamentalista. Elas analisam aqui também as estratégias mobilizadas pelas diversas correntes e grupos feministas em busca de justiça e igualdade de gênero.

Em “Clivagens religiosas, gênero e política na Índia”, Zoya Hasan analisa em que medida a hesitação do Estado laico (e com ideais modernistas) em tratar de forma igualitária as diversas religiões presentes na Índia, privilegiando minorias, acabou por favorecer a ascensão de uma alternativa antilaica e um recuo ao conservadorismo. Não obstante a mobilização dos grupos de mulheres de todas as comunidades, tal situação resultou na instrumentalização e na marginalização dos direitos das mulheres - hindus e muçulmanas- enclausuradas no fogo entrecruzado da política identitária.

Charmaine Pereira e Jibrin Ibrahim tratam da correlação entre política econômica e ‘moral pública’ no artigo intitulado “O corpo das mulheres, lugar de entendimento entre o islã e o cristianismo na Nigéria”. Nesse país o sentimento de anomia encontrou na “imoralidade” da sexualidade e no “trajar indecente” das mulheres, ponto de entendimento entre a direita religiosa cristã e muçulmana, a justificativa e a culpa pelas mazelas sociais decorrentes da crise econômica e política. O artigo aponta que, embora essa “moralização da economia política” tenha suscitado resistências por parte de grupos de mulheres, de militantes de direitos humanos, de advogados, seus esforços se ativeram especialmente ao quadro jurídico, enquanto “os efeitos indiretos da legislação são perniciosos e mais difíceis de serem contestados do que as próprias leis”.

Deniz Kandiyoti examina em “Políticas sexuadas na Turquia: um novo emaranhado”, as contradições e o “abismo” entre as realidades

práticas e o caráter progressista do sistema jurídico na Turquia, terreno no qual o movimento de mulheres lutou arduamente, obtendo vitórias substanciais, na medida em que soube aproveitar-se de uma conjunção favorável de fatores. O autor analisa ainda os elementos de reversão de tais fatores conjunturais, bem como os dilemas que se colocam às lutas feministas a partir desse novo contexto.

Em “Nacionalismo, religião e (des)igualdade de sexo em Israel pelo prisma do direito da família”, Ruth Halperin-Kaddari e Yaacov Yadgar analisam as implicações do conflito entre Israel e Palestina sobre as relações de gênero, tanto em termos da marginalização das questões relativas aos direitos das mulheres e à igualdade entre os sexos, “julgadas ‘secundárias’” pelo Estado, quanto da perpetuação das práticas discriminatórias que daí decorre, principalmente no que diz respeito a questões de matrimônio e divórcio e mesmo sobre a própria construção da identidade feminina. Apontam ainda outros elementos que atravessam a luta pela igualdade entre os sexos na legislação sobre matrimônio e divórcio, tal como a disputa entre hierarquia religiosa e sistema jurídico laico pelo controle sobre essas questões. El@as analisam também no artigo o papel que os movimentos feministas, tanto o religioso judeu quanto o árabe-palestino, tiveram na reforma do direito da família.

No artigo intitulado “Direitos reprodutivos na Polônia: o medo dos políticos frente à arrogância da igreja”, Jacqueline Heinen e Stéphane Portet analisam os meandros pelos quais a identidade polonesa foi sendo cunhada e mesmo amalgamada com a religião católica, dado o prestígio da Igreja, vista como lugar de refúgio e de liberdade ao longo do século XIX e a partir dos anos de 1970. O artigo expõe a maneira pela qual a consolidação do poder da Igreja Católica na sociedade e na política polonesa concorre para a manutenção de leis absolutamente restritivas quanto aos direitos reprodutivos, não obstante a desobediência de grande parte das mulheres aos seus preceitos, contemplando também na análise as dificuldades e limites impostos à luta de grupos feministas e à influência da União Europeia nesse contexto.

No artigo intitulado “Sexualidade e autonomia das mulheres no México: O Estado laico em questão”, Ana Amuchástegui, Guadalupe Cruz, Evelyn Aldaz e María Consuelo Mejía analisam a evolução do cenário político



mexicano, desde o estabelecimento do Estado laico até os dias atuais, as estratégias e meios de pressão de que lança mão a Igreja Católica em suas alianças e dissabores com setores conservadores, e a atuação do movimento feminista e o debate público em torno da pauta da igualdade de gênero. As autoras destacam em sua análise os embates em torno da disponibilização da pílula do dia seguinte pelos serviços de saúde pública em 2004 e a descriminalização do aborto na cidade do México em 2008, este último tendo gerado uma reação visando a sua recriminalização em diversos estados mexicanos. Aqui também, como no caso da Polônia, as autoras observam que há uma distância entre as normas prescritas pela Igreja Católica e a prática das fieis, complexificando assim o jogo dos entrelaçamentos entre política, religião e gênero.

Em “Política sexual nos Estados Unidos: o peso das comunidades religiosas” Elizabeth Bernstein e Janet R. Jakobsen analisam, a partir de um estudo de caso - a luta contra o tráfico humano - o emaranhado de vetores que fizeram com que, não obstante a sua diversidade de perspectivas e de inserção social, @s divers@s ator@s aí envolvid@s acabassem convergindo, ao longo do tempo, para uma abordagem conservadora da questão. Dentre os vetores que as autoras apontam, figuram a hegemonia do protestantismo, inclusive no campo laico, e o apego “aos imperativos da mundialização neoliberal”, que impregnam a cultura e condicionam a prática de divers@s ator@s no contexto estadunidense. Nesse sentido, as autoras consideram que, mais do que optar pelo profano ou religioso, o grande desafio que se coloca para as feministas é o de enfrentar a questão da influência da religião hegemônica também no campo laico, “reconhecendo a diversidade das tradições religiosas e ao mesmo tempo as suas diferenças internas”. Diversidade que, aliás, atravessa também o campo feminista. Como notam as autoras as alianças de setores evangélicos progressistas com organizações feministas laicas, mas também destas com grupos evangélicos conservadores na luta contra o tráfico nos EUA indica que “os critérios de definição relativos à assim chamada ‘igualdade entre os sexos’ estão longe de ser homogêneos”.

Na expectativa de que o presente dossiê ofereça instrumentos para a mobilização feminista, desejamos a tod@s uma boa leitura!